



# **Programa eleitoral Partido Comunista Brasileiro Rio grande do Sul 2022**

**UM PROGRAMA ANTICAPITALISTA  
E ANTI-IMPERIALISTA PARA O  
RIO GRANDE DO SUL**



*Pelo poder popular*

**PROGRAMA POLÍTICO DO PCB PARA AS ELEIÇÕES 2022 NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Programa Político para Registro das Candidaturas do PCB no TRE/RS

Rio Grande do Sul pelo Poder Popular!

**GOVERNADOR CARLOS MESSALLA  
VICE-GOVERNADOR EDSON CANABARRO**

## **Eixos Programáticos**

- 1. INTRODUÇÃO: PROGRAMA EMERGENCIAL DO PCB PARA O RIO GRANDE DO SUL**
- 2. RIO GRANDE DO SUL DO TRABALHO E DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO**
- 3. TERRA, AGRICULTURA E COMBATE À FOME**
- 4. DIGNIDADE PARA ALÉM DO EMPREGO: MORADIA, TRANSPORTE E REPRODUÇÃO DA VIDA**
- 5. SAÚDE: A VIDA ACIMA DOS LUCROS**
- 6. SOLIDARIEDADE DE CLASSE: O PODER POPULAR CONTRA O MILITARISMO, O MACHISMO, O RACISMO E TODA FORMA DE OPRESSÃO!**
- 7. O FUTURO DO RIO GRANDE DO SUL: EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

## **1. INTRODUÇÃO: PROGRAMA EMERGENCIAL DO PCB PARA O RIO GRANDE DO SUL**

O Brasil vive atualmente a maior crise do último meio século – uma crise econômica, social e política, agravada pela crise sanitária que explicitou todas as mazelas do capitalismo brasileiro. Não podemos esquecer ainda que a crise brasileira, apesar de suas singularidades, está inscrita na crise sistêmica do capitalismo mundial, cujos desdobramentos continuarão tendo profundos impactos no nosso país. Essa crise foi agravada por mais de três décadas de políticas “neoliberais”, que reduziram dramaticamente o crescimento econômico, aprofundaram o processo de desindustrialização do país, entregaram o patrimônio público para o capital nacional e internacional, dilapidaram o fundo público em favor das grandes empresas, reduziram direitos e salários dos trabalhadores, juventude e pensionistas, precarizaram as condições de trabalho, concentraram escandalosamente os rendimentos e ampliaram a miséria entre vastos setores da população.

Essas políticas socialmente regressivas e antipopulares foram implementadas a mando dos centros imperialistas ocidentais e operadas internamente pelas classes dominantes locais: a oligarquia bancário-financeira, o agronegócio capitalista, os capitais industriais monopolistas e a burguesia comercial e da área de serviços. Em termos econômicos, o resultado desse processo foi o desmonte do parque industrial brasileiro, o aumento da subordinação da economia brasileira na divisão internacional do trabalho – processo que busca limitar o Brasil à sina de uma nação agroexportadora, um grande “fazendão” do agronegócio. Vale ressaltar que, entre os anos 30 e 80 do século passado, o Brasil registrou um crescimento anual médio de mais de 6%, um dos maiores do capitalismo mundial da época. Entretanto, as políticas neoliberais das três últimas décadas reduziram esse patamar de crescimento para medíocres níveis de pouco mais de 2% ao ano.

Nos governos sociais-liberais do PT, essa estrutura econômica neoliberal continuou intacta, pois, ao longo de 13 anos de governo, o PT manteve o tripé macroeconômico neoliberal, constituído por metas fiscais, equilíbrio orçamentário, metas de inflação e câmbio flutuante, muito embora tenha desenvolvido algumas

políticas de compensação social que, num país tão desigual como o Brasil, tiveram expressivo impacto na redução da pobreza. Ainda assim, em termos concretos, podemos dizer que nas três últimas décadas, duas gerações foram condenadas ao trabalho precário, ao trabalho informal, ao desemprego crônico, especialmente os jovens. Os gastos sociais foram reduzidos e os salários não acompanharam o aumento do custo de vida; a maioria da população empobreceu, enquanto o grande capital aumentou sua taxa de lucros e concentrou a riqueza produzida pela classe trabalhadora. Prova disso é que, em plena crise, cresceu o número de bilionários no país, ao mesmo tempo em que grande parte da população passou a viver abaixo da linha de pobreza.

Os ataques aos trabalhadores se intensificaram após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, com o governo Temer e, especialmente, sob o governo de Jair Bolsonaro. Nessa ofensiva contra o povo foram realizadas as reformas trabalhistas e da previdência, dezenas de medidas que levaram à devastação das condições de trabalho, à entrega do patrimônio público ao capital nacional e internacional e ao aumento da miséria entre amplas camadas da população. O governo Bolsonaro é a expressão concentrada dos interesses dos banqueiros, dos grandes monopólios industriais, financeiros, comerciais e de serviços, do agronegócio e do imperialismo. Um governo inimigo dos trabalhadores, da educação pública, da ciência, do meio ambiente e, especialmente, um governo que conspira permanentemente contra as liberdades democráticas, sendo o principal responsável pela tragédia sanitária que matou mais de 660 mil brasileiros.

Mesmo enfraquecido pelas contínuas denúncias de corrupção entre seus familiares, aliados e ministros de Estado, pelo aumento da inflação, pela maior taxa de desemprego e informalidade das últimas décadas, pela miséria que obriga os setores mais pobres da população a disputar no lixo ossos de boi e pelancas de carne, o bolsonarismo ainda é perigoso, tanto pela base social que construiu quanto pelo apoio de milicianos, setores militares e de setores da classe dominante. Portanto, esse projeto não pode ser derrotado apenas nas urnas: a luta institucional deve estar atrelada e subordinada à organização da força independente da classe trabalhadora, por meio da combinação dessa luta institucional às lutas de massa nas ruas e nos locais de trabalho, rumo à paralisação da produção e circulação. Nosso entendimento

é que só a combinação dessas lutas poderá derrotar o pacto das frações da classe dominante e abrir perspectiva para a construção de um novo rumo para o país, na perspectiva do Poder Popular e do socialismo.

É por isso tudo que, nas eleições de 2022, mesmo reconhecendo no bolsonarismo a principal ameaça à classe trabalhadora, o Partido Comunista Brasileiro apresenta de maneira independente seu programa e suas convicções revolucionárias. Não podemos nos contentar com as alternativas políticas reformistas, que propõe a derrota do governo Bolsonaro por meio de um grande pacto de conciliação nacional entre os movimentos populares e os golpistas, entre a classe trabalhadora e seus exploradores. Essa conciliação impossível já mostrou, ao longo de 13 anos de governos petistas, que apenas favorece o acúmulo de forças da burguesia, enquanto desorganiza e desorienta a classe trabalhadora em sua luta política, preparando derrotas cada vez mais catastróficas. Mesmo se conseguir derrotar o bolsonarismo nas urnas, tal política jamais poderá deter os ataques da burguesia à classe trabalhadora, ou desarticular efetivamente as forças reacionárias, e nem mesmo enfrentar a deterioração das condições de vida do povo pobre.

No Estado do Rio Grande do Sul, vivenciamos no último período um governo que é inimigo da classe trabalhadora. O governo de Eduardo Leite (PSDB) atua com práticas destrutivas ao povo trabalhador, ao leiloar empresas públicas e serviços estratégicos do estado ao setor privado, com vistas a alavancar o avanço neoliberal, ao mesmo tempo que aprofunda cada vez mais a situação de miséria vivenciada pelo povo.

No governo de Eduardo Leite (PSDB), os servidores públicos viveram um cenário intolerável, com o parcelamento de seus salários e atraso dos pagamentos durante meses consecutivos, ao mesmo tempo que o valor da comida, assim como das contas de luz, água e outros pontos essenciais à sobrevivência da população, subia desenfreadamente. Tal cenário representa o desprezo de tal governo com a classe trabalhadora.

Além do cenário de atraso no salário dos servidores, a taxa de desemprego no estado do Rio Grande do Sul aumenta a cada dia, deixando cada vez mais pessoas

na linha da miséria. Diante disso, o plano de governo do PSDB carregou uma política de privatização de setores essenciais, como a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), além das privatizações que ocorrem de maneira desenfreada em âmbito nacional. Isso demonstra que o governo do PSDB, no Estado do Rio Grande do Sul, atuou de maneira associada ao cenário nacional com o governo de Bolsonaro, contribuindo para o sufocamento da classe trabalhadora.

Isso tudo em meio a uma pandemia mundial, cenário que exige políticas de governo que contribuam à seguridade social, e não que atuem de maneira a aumentar o número de mortes no Brasil. No último período pessoas morreram pela pandemia do COVID-19, mas de maneira também expressiva pessoas morrem de fome, sofrem com o desemprego, falta de moradia e de direitos básicos. Frente a isso, os governos de extrema direita, que visam apenas o lucro das grandes empresas, nada fazem.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresenta aqui um Programa Emergencial ao Estado do Rio Grande do Sul, para que possamos reverter o quadro atual, por meio da luta organizada, que vai muito além da disputa eleitoral, mas se faz nas ruas junto à classe trabalhadora. As nossas candidaturas defendem um programa de caráter anticapitalista e anti-imperialista para o Rio Grande do Sul.

O estado do Rio Grande do Sul é dividido em 497 municípios e possui cerca de 11,3 milhões de habitantes (conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE)<sup>1</sup>, correspondendo a 6% da população nacional. Segundo dados do Censo de 2010, o estado apresenta atualmente 85,1% da sua população total vivendo em áreas urbanas.

Sendo assim, é necessário pensar um programa político ao estado do Rio Grande do Sul que seja voltado para o combate ao desemprego, a fome, a miséria e toda forma de opressão e exploração vivenciada pela população, de maneira mais

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>> Acesso em: 20 de julho de 2022.

severa pelas parcelas mais pobres dela. Propomos um programa ao Rio Grande do Sul que busca reverter todas privatizações e o descaso com a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, por meio de candidaturas revolucionárias, que acreditam na luta organizada como meio de superação do capitalismo!



## 2. RIO GRANDE DO SUL DO TRABALHO E DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO

### 2.1. TRABALHO

- 1) **Acabar com o desemprego:** o Rio Grande do Sul deve se somar na luta pela redução da jornada de trabalho semanal para 30 horas, sem redução de salário, em todo o país, bem como, na luta pelo fim dos bancos de horas. Essas medidas podem e devem ser aplicadas desde já no âmbito estadual, ao menos em todas as empresas e serviços públicos e autarquias, devendo também ser exigida de empresas prestadoras de serviço para o estado.
- 2) **Programas emergenciais de empregos:** criar frentes de trabalho urbanas e rurais para obras de saneamento, habitação, reforma de escolas, hospitais, zeladoria das regiões empobrecidas e periféricas do estado e ampliação da malha metroferroviária.
- 3) **Quintuplicar o salário mínimo:** de acordo com a pesquisa mensal de preços do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.527,67, ou 5 vezes o piso estadual de R\$ 1.305,56.
- 4) **Concursos, Serviços e servidores públicos:** fortalecimento do serviço público, realizando concursos para repor os postos de trabalho necessários para o funcionamento pleno de nossas empresas públicas, gerando emprego e um atendimento melhor à população que mais precisa. Convocar imediatamente todos os servidores já aprovados em concursos anteriores ainda válidos. Findar o parcelamento de salários. Incorporar os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as dentro das empresas e órgãos públicos. Estabelecer amplas políticas de cotas nos concursos públicos, utilizando inclusive critérios de proporcionalidade com base na radiografia da nossa população.
- 5) **Proibição de demissão sem justa causa:** pressionar no plano nacional pela proibição das demissões sem justa causa e pela garantia de estabilidade no emprego, a começar pelas empresas públicas e por seus servidores. A nível estadual, estabelecer a proibição de demissões sem justa causa nos empregos

públicos (em empresas de economia mista, por exemplo) e o emprego prioritário das pessoas mais precarizadas, utilizando como uma das métricas o CadÚnico. Estabelecer isso como uma das condições de fomento de investimento público.

- 6) **Vínculo de trabalho nas plataformas digitais:** defender a formalização do vínculo de trabalho com empresas de aplicativos (empresas intermediadoras digitais) com pagamento não apenas pelo produto entregue, mas também pelas horas de espera às portas dos restaurantes, que gera processos de exaustão física e mental dos/as trabalhadores/as que, sem direitos e garantias, trabalham em jornadas longas para garantir o mínimo necessário à sobrevivência. Defendemos o registro dos trabalhadores ligados às plataformas digitais, com salário em carteira e piso salarial para todos.
- 7) **Incentivo a criação de cooperativas de trabalhadores de apps:** incentivar a criação de cooperativas regionais de trabalhadores de aplicativos, a partir de um software público, para repartir entre os trabalhadores todos os rendimentos e direcionar para um fundo de gestão comum somente o necessário para a manutenção do serviço.
- 8) **Combate à especulação:** taxação das grandes fortunas e de holdings, expropriação de propriedades sem função social para reforma em moradia, espaço de lazer e serviços à população. Taxar grandes fortunas, os grandes empresários da indústria e do agronegócio, e também taxar a mercantilização do ensino.
- 9) **Licença-maternidade ampliada:** estabelecer uma licença maternidade de, no mínimo, 12 meses, e a ampliação da estabilidade após-retorno ao trabalho, a começar pelas empregadas de empresas públicas e servidoras.
- 10) **Inspeções de direitos:** estabelecer inspeções periódicas para verificação do cumprimento da legislação trabalhista em empresas de grande e médio porte, verificando em especial as condições de igualdade salarial independente de quaisquer formas de discriminação (gênero, raça etc).
- 11) **Licença-paternidade:** regulamentar e ampliar a licença paternidade (para o mínimo de 12 meses), para que haja o devido compartilhamento do cuidado à criança, a começar pelas empresas públicas e servidores estaduais.

- 12) **Combater o aumento do custo de vida da classe trabalhadora:** congelar preços e tarifas da eletricidade, água, saneamento e outros serviços essenciais estaduais.
- 13) **Mobilizar pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária que intensificam a superexploração de nossa classe trabalhadora.** entre os diversos ataques que envolvem tais reformas, se destacam alguns tópicos que nos assolam tanto no plano econômico quanto no político, entre eles: a flexibilidade nos contratos de trabalho e negociações feitas direto com o empregador; o fim da obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas rescisões; extinção da contribuição sindical obrigatória; custas processuais sob responsabilidade do empregado; fim do sexto mês de seguro desemprego e legislação trabalhista subordinada a convenções e acordos coletivos.

## 2.2. PLANEJAMENTO ECONÔMICO

- 1) **Menos impostos para os mais pobres:** a nível nacional, defender a isenção de impostos e taxas para trabalhadores desempregados e até o salário mínimo do DIEESE; a nível estadual, lutar pela isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a cesta básica.
- 2) **Mais impostos para os mais ricos:** ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) progressivo; cobrar IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor) de helicópteros, jatinhos e outros veículos de luxo; sobretaxar bens de consumo de luxo.
- 3) **Fim imediato das desonerações fiscais para as grandes empresas.**
- 4) **Fortalecimento público do Banrisul:** com foco nas pessoas físicas, nas estatais, nas micro, pequenas e médias empresas, nos investimentos públicos e no desenvolvimento regional do estado, sobretudo nas regiões mais pobres. Uma das funções principais do banco será angariar investimentos para a reestatização de empresas estratégicas. Por meio do banco estadual, criar um Fundo Para Desenvolvimento Social, de forma a melhorar as condições de vida da população.

- 5) **Reestatização das empresas estratégicas:** interrompimento de todas as privatizações em curso, com reestatização plena da CEEE, CORSAN, Sulgás e CRM. Reorganização política do funcionamento destas empresas, fomentando a participação protagônica dos seus trabalhadores e de suas trabalhadoras nas tomadas de decisões, favorecendo o diálogo com seus sindicatos e representações de classe.
- 6) **Suspender pagamentos e juros da dívida pública estadual e combate ao neoliberalismo:** rompimento com o Regime de Recuperação Fiscal (RFF), uma política de austeridade que impede os investimentos públicos no Rio Grande do Sul, aos moldes da Lei do Teto de Gastos. Rompimento unilateral do pagamento da dívida do RS com o Governo Federal, com realização de auditoria pública dessa dívida, que tinha o valor original de 9 bilhões. O povo gaúcho já teve 37 bilhões de reais sangrados em nome desta dívida, dinheiro que poderia ter sido investido na reforma da infraestrutura do estado, garantia dos direitos básicos de manutenção da vida de toda a sua população trabalhadora.
- 7) **Finalizar gestão dos serviços públicos por meio de Organizações Sociais privadas:** na perspectiva de serviços de saúde e educação 100% públicos e gratuitos.
- 8) **Instituir um orçamento popular deliberativo para todas as secretarias e investimentos estaduais.**
- 9) **Defender a ampla participação dos trabalhadores na gestão das estatais e da economia em geral por meio de conselhos populares deliberativos nas empresas públicas estaduais.**
- 10) **Direcionar proporcionalmente mais investimentos públicos para as regiões mais pobres do estado (com menores índices de IDH e correlatos).**

- 11) Apoio à economia cooperativa e autogestionária nas licitações e compras públicas, estabelecer editais que priorizem a aquisição de bens e insumos oriundos de empreendimentos autogestionários.**

### 3. TERRA, AGRICULTURA E COMBATE À FOME

- 1) **Rio Grande sem fome:** instituir uma rede de restaurantes e mercados populares, fornecendo à população alimento, não só garantindo segurança alimentar, mas também garantindo o trabalho de agricultores e trabalhadores/as da agricultura, logística e alimentação com a direção direta do Estado. Os restaurantes devem ser gratuitos para estudantes de baixa renda, pessoas desempregadas e aposentados. Criar restaurantes e mercados populares barateando o acesso ao alimento através da compra destes pelo Estado diretamente com as cooperativas e a agricultura familiar.
  
- 2) **Promover a Reforma Agrária:** compreendendo o direito de uso e usufruto para os assentados em pequenos lotes, sem direito de revenda das terras, fomentando à organização de cooperativas para apoio à produção agroecológica, ao armazenamento e ao escoamento de gêneros para alimentação popular. A Reforma Agrária deve se inserir na perspectiva anticapitalista, respeitando os povos originários e quilombolas e buscando configurar uma nova relação campo-cidade, com ênfase nas formas coletiva e estatal de propriedade, apoiadas por políticas de infraestrutura, de crédito, de apoio técnico, de armazenagem e transporte de produtos para atendimento às necessidades da população. Na forma camponesa, a luta se dá no apoio a pequenos/as agricultores/as e pecuaristas, com destaque para as unidades produtivas situadas no entorno das cidades, em suas reivindicações, na formação e fortalecimento de movimentos, cooperativas e coletivos agrícolas e no estabelecimento de elos políticos com os/as trabalhadores/as urbanos/as. Nesse tipo de propriedade, quando resultante da reforma agrária, lutamos pela garantia do direito de uso e usufruto da terra, sem o direito à revenda. Na forma estatal, a produção das grandes unidades produtivas e sua destinação deverão ser planejadas pelas agências públicas de planejamento. Na forma privada, travamos a luta pela sua subordinação ao planejamento público e pelos direitos trabalhistas e sociais dos/as trabalhadores/as, visando também a estatização pelo princípio do cumprimento da função social.

- 3) **Função social da propriedade:** confisco sem indenização de todas as propriedades ociosas e especulativas para utilização na produção de alimentos saudáveis. Isto é, o confisco de todas grandes propriedades que não cumpram função social, ou seja, que são improdutivas, infringem leis trabalhistas e/ou cometeram crimes ambientais para plantio, prioritariamente, alimentar.
- 4) **Regularizações:** regularização imediata dos assentamentos rurais. Demarcação e regularização das terras dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas.
- 5) **Pequenos produtores:** fomentar a agricultura familiar e a pequenos e médios produtores de alimentos, em especial cooperativas agrícolas. Priorizar produtos da agricultura popular nas compras pelo poder público para fornecimento às redes escolares, hospitalares, restaurantes populares e outras redes semelhantes, estabelecendo parcerias com movimentos populares como o MST e o MPA, bem como formas coletiva e estatal de propriedade da terra, apoiadas por políticas de infraestrutura, de crédito, de apoio técnico, de armazenagem e transporte de produtos para atendimento às necessidades da população. Apoiar pequenos agricultores e pecuaristas.
- 6) **Criação a nível estadual da AgroRS:** empresa pública para desenvolvimento das terras agricultáveis do estado de Rio Grande do Sul, para realizar a produção das grandes unidades produtivas, em forte interação com os Institutos de Pesquisa e Universidades Estaduais gaúchas para viabilizar soberania tecnológica e promover a inovação ecológico-produtiva, com base nos Zoneamentos Econômicos-Ecológicos.
- 7) **Na forma privada, travar a luta pela sua subordinação ao planejamento público e pelos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, visando também a estatização pelo princípio do cumprimento da função social.**
- 8) **Taxação:** taxa progressiva do agronegócio exportador e de empresas rurais de grande porte.

- 9) **Agroecologia:** incentivo à redução do uso de agrotóxicos nas plantações, combinando o apoio à agricultura familiar, o fomento à organização de cooperativas para a produção agroecológica, armazenamento e escoamento de gêneros para alimentação e produção estatal.
- 10) **Construir uma Emater pública,** com sua área de atuação exclusiva na agricultura familiar, assentados, indígenas e quilombolas, com matriz tecnológica baseada na Pedagogia Agroecológica.
- 11) **Respeito à autodeterminação dos povos indígenas e seus territórios, diálogos e deliberações construídas diretamente com as lideranças indígenas, ouvindo suas demandas e construindo um diálogo permanente nesses termos.**
- 12) **Apoiar à demarcação de todas terras indígenas do Rio Grande do Sul:** luta incessante até que esse objetivo seja alcançado. Vigilância permanente contra as forças da reação que já pressionam esses povos sem terras demarcadas. Impedir o avanço do mercado imobiliário sobre as terras indígenas.
- 13) **Promover a titulação dos territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Sul.**
- 14) **Promover políticas de promoção da memória quilombola e turismo nas comunidades remanescentes de quilombos.**
- 15) **Construir estradas de acesso aos quilombos, sem que nunca qualquer obra de infraestrutura seja realizada sem a prévia consulta às comunidades atingidas.**
- 16) **Garantir o atendimento primário à saúde nas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas e o acesso integral ao sistema de saúde.**
- 17) **Ampliar as redes de restaurantes populares, com fornecimento mínimo de três refeições diárias de qualidade.**



- 18) **Tornar a gratuidade das refeições para a população de rua uma política permanente, para além da pandemia.**
- 19) **Estabelecer parcerias com os movimentos populares para abastecerem as unidades dos restaurantes populares,** com vínculos de trabalho formais e direitos sociais garantidos para esses trabalhadores.

#### **4. DIGNIDADE PARA ALÉM DO EMPREGO: MORADIA, TRANSPORTE E REPRODUÇÃO DA VIDA**

- 1) Reconstruir a infraestrutura do Rio Grande do Sul:** estatizar o transporte intramunicipal, reforma no saneamento básico e a construção de uma moderna linha férrea para gerar empregos, melhorar a capacidade de escoamento da produção do estado, diversificar a matriz energética do Rio Grande do Sul, incentivar o turismo, deixar o alimento produzido no estado menos suscetível a variações no preço do petróleo e tornar o Rio Grande do Sul o estado com o melhor transporte da América Latina. Estatização do transporte público, de imediato isenção para estudantes e professores, desempregados, idosos e para trabalhadores que recebem até dois salários, aumento das linhas transversais Porto Alegre e Região Metropolitana e estender para demais grandes cidades do interior interligando-as.
- 2) Fomentar e apoiar a Agricultura Urbana,** a qual deverá ser feita ocupando terrenos que estão com finalidades meramente especulativas nas diferentes cidades do Rio Grande do Sul, ação em conjunto com associações de bairro e escolas, com apoio técnico da Emater em conjunto com as Secretarias de Agriculturas Municipais de Agricultura.
- 3) Defender a ampliação das creches públicas** em locais de trabalho, moradia e estudo e a criação de locais de acolhimento e cuidado de crianças no horário noturno.
- 4) Criar e ampliar refeitórios e lavanderias públicas,** possibilitando a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos por meio de sua socialização.
- 5) Criar uma empresa estatal estadual para viagens intermunicipais,** com política de tarifas mais acessíveis, para concorrer com as empresas privadas, e angariar fundos para financiar outras políticas estaduais. Que ela se estruture a partir de conselhos populares deliberativos e uma política salarial que vise alcançar o salário mínimo do DIEESE.

- 6) **Priorizar e reconstruir o transporte ferroviário e interurbano, visando a reestatização do sistema ferroviário como um todo.** Suporte integral às famílias beira-trilhos em luta contra o despejo.
- 7) **Promover um amplo programa estatal de moradia social.**
- 8) **Despejo zero:** acabar com as reintegrações de posses e despejos coletivos em imóveis e terrenos abandonados no Rio Grande do Sul.
- 9) **Regulamentar preços dos aluguéis** considerando a renda média da população trabalhadora para que não existam preços abusivos, combatendo a especulação imobiliária e o ônus excessivo de aluguel - a formulação e fiscalização desta medida deverá ser acompanhada pelos Conselhos Populares de Habitação.
- 10) **Ninguém deve morar na rua:** garantir que toda a população em situação de rua tenha acesso a dignidade, emprego, moradia, assistência social e tratamento de saúde, a partir de:
  - a) Programa de moradia definitiva voltado para população em situação crônica de rua.
  - b) Garantia de auxílios emergenciais para pessoas em situação de rua.
  - c) Construção de casas solidárias com assistência social, psicólogos, fornecimento de cursos profissionalizantes.
  - d) Frente de trabalhos públicos voltadas à população vinda de situação de rua com salário mínimo do DIEESE.
  - e) Objetivo de zerar ou reduzir em 90% a população de rua na Região Metropolitana, colocando a médio e longo prazo, o objetivo de zerar toda a população em situação de rua no estado.

## 5. SAÚDE: A VIDA ACIMA DOS LUCROS

- 1) **Contra a privatização da saúde!** É urgente que lutemos pelo fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), pois as políticas públicas de saúde vêm constantemente sofrendo ataques de desinvestimento, favorecendo os interesses do setor privado e transformando a saúde em mercadoria, ao ser pautada prioritariamente pelos lucros. O Partido Comunista Brasileiro reforça a importância de desvincularmos a saúde do mercado privado, e a luta pelo fortalecimento do SUS defendendo as melhores condições de vida à classe trabalhadora.
  - a) Expandir o SUS, 100% estatal, garantindo os seus princípios de universalidade, gratuidade e acesso a população, incluindo a produção e distribuição de medicamentos essenciais;
  - b) Reverter a privatização já instaurada dentro do setor público que ocorre por meio de convênios e licitações realizadas junto ao setor privado e filantrópico, cortando a ampliação desse modelo de gestão que atualmente está internalizado no nosso sistema de saúde público;
  - c) Contratação de trabalhadores da saúde! Ampliação de concursos públicos garantindo boas condições de trabalho e aumentos das equipes em saúde. Somos contrários a contratos precarizados como vínculos por pessoa jurídica ou contrato por fundações privadas e organizações sociais.
- 2) **Saúde da Mulher:** as mulheres hoje ocupam os piores postos de trabalho em relação aos homens, são maioria nos empregos terceirizados e na economia informal. A massa salarial das mulheres representa 70% da massa salarial dos homens a nível nacional, e o índice de desemprego é maior entre as mulheres, principalmente entre as mulheres negras. As famílias mais pobres do Brasil, segundo o IBGE, são as famílias mantidas por mulheres. Considerando isso, propomos: organizar a luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras,

pela ampliação da licença maternidade e da estabilidade pós-retorno ao trabalho, multa e readmissão das trabalhadoras grávidas demitidas; lutar pela igualdade salarial entre mulheres e homens, sem rebaixar mais os salários; aumentar e regulamentar a licença paternidade, para que haja o devido compartilhamento do cuidado com a criança; defender a ampliação das creches públicas em locais de trabalho, moradia e estudo e a criação de locais de acolhimento e cuidado de crianças no horário noturno; lutar por políticas públicas que possibilitem a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos e incentivar sua participação nestas lutas.

- 3) **Lutar e garantir os direitos reprodutivos das pessoas com útero:** o governo do Partido Comunista Brasileiro possui indissociável compromisso com a legalização, despenalização e descriminalização do aborto, como maneira de garantir o direito a vida e autonomia sobre o próprio corpo, independente de cor, classe social, escolaridade e condição financeira. O aborto é um debate de saúde pública que deve ser travado nacionalmente. Promover informações e divulgações constantes sobre métodos contraceptivos, seus benefícios e seus riscos. Ampliar o direito e acesso ao uso do DIU e facilitar o procedimento de laqueadura, pois entendemos que as pessoas com útero devem ter o direito de escolher gestar ou não, e ter segurança para essa escolha. Garantir que as pessoas com útero, que desejem ter filhos, tenham os devidos direitos garantidos no pré-natal e principalmente no parto, tendo o direito de um acompanhante junto a ela, assim como o de conhecer o ambiente em que irá parir. Tal direito é previsto pelo nosso Sistema Único de Saúde; porém, nem sempre é garantido pelos estabelecimentos hospitalares, ocasionando inúmeras violências obstétricas no estado. A violência obstétrica tem tido um apagamento, seja no uso do termo, seja em registros, por isso, é importante também fortalecer a formação continuada para profissionais da saúde no que tange ao tema, qualificando as equipes e garantindo um serviço público de qualidade.
- 4) **Saúde Mental:** entendemos que a saúde mental da classe trabalhadora tem sofrido diversos ataques e ameaças pelas condições de trabalho que a classe tem dentro do estado. Para isso é necessário garantir um serviço amplo de saúde mental e um fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS),

aumentando as equipes de trabalho, além de oferecer serviços de cultura e lazer à população. A saúde mental não deve ser vista como algo individual do sujeito, mas conectada com o mundo que esse habita. Por isso, as condições de trabalho, o acesso à saúde, cultura e lazer promovem que o sujeito experimente o mundo a sua volta de forma mais ampla e benéfica.

- 5) **Lutamos de acordo com a luta antimanicomial**, entendendo que prender não é tratar, e que esse tipo de procedimento está ainda vinculado à épocas de repressão das diferentes expressões de subjetividade dos sujeitos. Para isso, reforçamos a necessidade da ampliação e fortalecimento dos CAPS, garantindo recursos estaduais para a contratação de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, assim como também de acompanhantes terapêuticos. Lutamos pela proibição das comunidades terapêuticas e fortalecimento do SUS dentro da perspectiva da luta antimanicomial.
- 6) **Qualificar a Atenção Primária à Saúde:** reverter o pagamento por desempenho do Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (APS) - Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS) do Rio Grande do Sul instituindo dotação de financiamento pautada em indicadores de desigualdades regionais e iniquidades em saúde. Incentivar a formação de trabalhadores para a Atenção Primária à Saúde nas modalidades de residência médica em Medicina de Família e Comunidade e residência multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade com pagamento de complementação estadual das bolsas de residência. Abrir vagas em concursos públicos preconizando a contratação de profissionais de saúde para as regiões menos assistidas do estado com o objetivo de atingir cobertura de 100% da Estratégia de Saúde da Família e cobertura de 100% de Agentes Comunitários de Saúde.
- 7) **Avançar na regionalização das ações de saúde:** reformulação do Sistema de Regulação Estadual dando centralidade à contratualizações intermunicipais para ampliação do acesso à rede assistencial (hospitais, serviços ambulatoriais, de apoio diagnóstico e terapêutico).

- 8) **Paliar no SUS:** criar Centros Regionais de Cuidados Paliativos a partir de modelo assistencial integrado aos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Hospitais Regionais.
- 9) **Criar Linha de Cuidado Estadual para vítimas da COVID-19:** qualificação dos pontos da rede de atenção para serviços de reabilitação. Dispensação de materiais e medicamentos necessários ao tratamento das sequelas da COVID-19 pela Farmácia de Medicamentos Especiais.
- 10) **Envelhecer com dignidade:** implantar instituições públicas de longa permanência com equipe multiprofissional de saúde nas cidades-pólo do Rio Grande do Sul para referência de acolhimento da população idosa em situação de vulnerabilidade social ou incapacidade de autocuidado.

## 6. SOLIDARIEDADE DE CLASSE: O PODER POPULAR CONTRA O MILITARISMO, O MACHISMO, O RACISMO E TODA FORMA DE OPRESSÃO!

- 1) **Antirracismo:** a luta contra o racismo em nosso Estado implica na luta pela superação do capitalismo. A exploração dos/as trabalhadores/as negros/as,

escravizados/as ou precarizados/as tem sido a base econômica e social fundamental da existência da sociedade de classes e do processo de reprodução ampliada do capital em nosso país, desde a época colonial. Desta relação fundamental decorre não apenas a subalternização econômica e social da população negra brasileira, mas também todas as demais relações de dominação e exploração existentes em nossa sociedade. A luta pelo fim da exploração do trabalho de negras e negros ataca o racismo brasileiro em sua raiz e contribui para a construção concreta do Poder Popular. A luta da classe trabalhadora no Brasil é também, a cada momento, a luta pela vida de negras e negros, pelo direito de existirem e exercerem o poder político sobre suas vidas.

- 2) **Fim do extermínio:** contra a política de extermínio da população negra e periférica, fim do projeto de Estado atual, terrorista e criminoso, que impõe pela violência um nível de exploração e opressão que de outra forma pareceria insuportável.
- 3) **Misoginia e racismo:** pelo fim da violência contra as mulheres negras, que sentem na pele o que há de pior no capitalismo, ao ocupar os piores empregos, com os salários mais baixos, mesmo realizando trabalhos iguais.
- 4) **Luta quilombola:** com as e os quilombolas em prol da titulação das suas terras, pelo reconhecimento da sua cultura, sua luta e seu trabalho.
- 5) **Liberdade religiosa:** lutamos pela liberdade plena para as religiões de matriz africana, uma luta histórica travada pelos/as comunistas. A defesa e o reconhecimento dessas religiões fazem parte da defesa do Estado laico e da luta contra o racismo e contra a perseguição da população negra e periférica no Brasil. Contra toda forma de perseguição política materializada na invasão de terreiros e no discurso de ódio dirigido às expressões religiosas de matriz africana.
- 6) **Despatologização:** promoção da despatologização integral das identidades LGBTI, garantindo que quaisquer tratamentos direcionados a essa população não culminem em tentativas de conversão sexual ou de gênero. Para isso,



proibir o uso de métodos pseudocientíficos, além de extinguir as comunidades terapêuticas.

- 7) **Direito à transição:** instalação do ambulatório transdisciplinares de diversidade de gênero em todas as cidades do estado, a começar pelas capitais regionais do Rio Grande do Sul e inclusão da assistência à hormonização como parte da carteira de serviço de todas as Unidades Básicas de Saúde do SUS no estado. Ampliar lista medicamentos disponibilizados pela SES/RS (Componente Especializado - CEAF e elenco Especial) para maior oferta de métodos seguros para hormonização gratuita.
- 8) **Mapeamento:** produção de dados sobre a população LGBTI para que seja viável pensar políticas públicas adequadas ao perfil socioeconômico dessa população.
- 9) **Segurança Pública:** fim da política de “guerra às drogas”. Descriminalização do uso de drogas, com legalização da maconha a curto prazo. Desmilitarização completa da segurança pública, com unificação das polícias e instituição do ciclo completo junto com a desvinculação das forças de segurança do exército, sob bases curriculares e formativas completamente reestruturadas numa lógica democrática, contribuindo efetivamente para o fim do genocídio da população negra. Luta pela revogação completa da lei antiterrorismo (12.850/2013). Implementação da política de cotas raciais em todos os concursos públicos estaduais. Adoção das 16 medidas contra o encarceramento em massa do IBCCRIM.
- 10) **Política de combate às opressões:** o combate permanente a todas as formas de opressão (como o machismo, o racismo, a LGBTfobia) deve realizar-se não apenas em uma dimensão cultural e de valores, mas por meio da efetiva garantia dos direitos e condições dignas de vida desses grupos oprimidos. Também defendemos a manutenção da atual política de cotas raciais, a defesa da liberdade de culto religioso, combate ao preconceito e aos ataques às religiões de matriz africana e o fim do genocídio dos povos indígenas e do povo negro. Além da ampliação da licença-maternidade e paternidade, defendemos a

legalização do aborto, com garantia de atendimento na rede pública de saúde, bem como políticas públicas que possibilitem a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos (creches, refeitórios e lavanderias públicas).

**11) Luta dos povos indígenas:** devemos participar das lutas em defesa da soberania e dos direitos dos povos indígenas e contra o conjunto de retrocessos aprofundados pelo projeto neoliberal e adotados pelo governo Bolsonaro, que busca dismantelar os direitos indígenas historicamente conquistados e impedir o acesso coletivo e não capitalista à terra demarcada, fator fundamental para a manutenção das culturas e dos tradicionais modos de vida e organização social. Lutamos contra o genocídio da população indígena e o retorno a uma política integracionista e assimilacionista, que nega os costumes, crenças, hábitos e rituais destes povos, em um processo de homogeneização da cultura capitalista dominante. É preciso cerrar fileiras com as organizações indígenas contra os retrocessos e em defesa da plenitude dos seus direitos: pela demarcação de todas as Terras Indígenas em nosso país, pelo apoio aos processos de retomadas de terras pelos povos indígenas, contra a criminalização dos movimentos indígenas e de suas lideranças, contra o preconceito e o racismo institucional, contra as obras capitalistas nos territórios indígenas, contra os ataques institucionais que ferem os direitos indígenas, em defesa do direito à autodeterminação dos povos indígenas. Lutamos pelo direito à educação diferenciada, com a regularização das escolas indígenas (que não sigam os moldes da sociedade nacional, mas organizados desde seu programa político com indígenas, onde sua cosmovisão possa ser a diretriz de ensino, conferindo a plenitude da vivência indígena na educação desses povos). Pelo acesso à saúde diferenciada, com valorização da medicina tradicional, e a adoção de uma política pública de valorização da cultura indígena como parte integral da cultura brasileira.

**12) Poder Popular:** conselhos populares comunitários deliberativos. Participação direta da população nas decisões e execução das medidas do poder público. Organizar formas de controle popular de abastecimento direto dos bens essenciais à vida, como a alimentação, desenvolvendo a solidariedade de classe nos bairros.

- 13) Reforma Urbana:** desapropriação e reforma de todos os imóveis urbanos que estejam sem uso para ocupação imediata das famílias sem teto e vivendo de aluguel nas grandes cidades. Desapropriação de todos os terrenos vazios das cidades visando a construção de residências populares e de praças, parques e áreas de lazer nas grandes cidades, medida que deverá ser acompanhada de uma ampla campanha popular de plantação de árvores, visando a melhoria da paisagem e do clima urbanos. Desenvolvimento de um amplo programa de construção de habitações populares de forma a reverter o déficit habitacional no prazo de cinco anos, além de uma campanha de saneamento urbano, de forma a que no prazo de cinco anos seja possível garantir infraestrutura de saneamento e água potável para toda a população brasileira. Erradicação do déficit habitacional.
- 14) Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental:** restauração do Centro Histórico da Região Metropolitana de Porto Alegre, crítica à mercantilização do Projeto Macadar. Tombamento da cidade pelo IPHAN. Desenvolver o grande potencial do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Desenvolvimento de políticas de fomento ao trabalho de museus, para que possam se manter abertos para pesquisa e atendimento aos vários tipos de público e ter condições plenas para tal. Preservação de sítios arqueológicos protegidos por leis federais, contra o avanço da especulação imobiliária entre outras iniciativas da reação comandadas pelas elites econômicas. Proteção do trabalho dos profissionais de arqueologia ao demarcarem sítios arqueológicos e ao fazer levantamentos de impacto arqueológico em empreendimentos que necessitem de tal trabalho.

## **7. O FUTURO DO RIO GRANDE DO SUL: EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- 1) Trabalhadoras e trabalhadores da educação:** defendemos a valorização de professoras e professores da rede pública e demais trabalhadores/as da

educação, bem como a valorização da carreira de docentes e pesquisadores/as no estado. Licença Qualificação Profissional (LQP) remunerada. Revogação das alterações feitas no Plano de Carreira do Magistério público estadual, que impossibilitam avanços na carreira por antiguidade, assim como os triênios e os quinquênios. O não pagamento do piso salarial de acordo com as demandas sindicais e os elevados índices de desemprego entre trabalhadores/as da área demonstram que os últimos governos foram inimigos da educação. Ao lado das categorias, reverteremos esse cenário.

- 2) **Infraestrutura na educação básica:** a educação é um pilar fundamental para o nosso futuro, por isso a importância de um acesso integral da população aos diferentes níveis de escolarização, a começar por uma educação básica de qualidade. Para isso, defendemos a reforma e a construção de novas escolas públicas. Além disso, queremos aumentar o número de escolas EJA, especialmente noturnas, já que uma grande parcela da classe trabalhadora não consegue estudar durante o dia devido aos turnos de trabalho. Não menos importante, também se faz urgente trabalhar junto aos municípios para aumentar o número de creches públicas.
- 3) **Direito à cultura nas escolas:** em todas as escolas do estado, queremos garantir a oferta de cursos de teatro, dança, música, xadrez, com atenção especial à educação física. Em parceria com as comunidades do entorno, fomentaremos projetos de cultura popular, respeitando a diversidade de nosso estado.
- 4) **Alimentação estudantil:** precisamos combater a fome, por isso devemos garantir merenda e alimentação para todos/as que estejam matriculados em escolas da rede pública. Não obstante, incentivaremos campanhas para garantir cestas básicas para as famílias de alunos de baixa renda.
- 5) **Educação sexual:** defendemos uma política de implementação para educação sexual integral nas escolas, com intuito de reduzir os índices de violência por razão de gênero e sexualidade em nosso estado. Precisamos combater os projetos “contra a ideologia de gênero”, pois esse tipo de iniciativa apenas

favorece a formação de agressores. Nosso Governo será um aliado dos movimentos sociais feministas, LGBTI's e antirracistas, para que nossas escolas sejam território livre de opressões.

- 6) **Em defesa da rede pública e contra a privatização:** educação é direito e não mercadoria, e deve ser gratuita, de qualidade e popular! Por isso defendemos a valorização da rede pública, a abertura de novas escolas e amplas campanhas contra a evasão escolar.
- 7) **Educar para pensar criticamente! Contra o ensino voltado ao empreendedorismo e à militarização:** denunciemos o avanço de ideologias fundamentalistas e neoliberais como política oficial implantada nas escolas a partir da desvalorização das disciplinas de humanidades. O investimento em escolas cívico-militares e a criação de disciplinas voltadas exclusivamente ao empreendedorismo é preocupante, pois escolas devem ser locais onde prevalecem pedagogias populares, pensamento crítico e liberdades democráticas. Defendemos a rearticulação da rede pública de ensino, com a participação de trabalhadores/as da educação, estudantes e comunidades, na perspectiva de uma educação construída pela e para a classe trabalhadora.
- 8) **Alfabetização:** a evasão escolar, o fechamento de escolas e a pobreza favorecem o aumento dos índices de analfabetismo. Construiremos campanhas para erradicação do analfabetismo (quase 5% em 2010)<sup>2</sup>, inclusive o funcional, especialmente nas regiões de maior desigualdade.
- 9) **Universalização do Ensino:** realizaremos uma ampla campanha “de volta à escola” em nosso estado, para atingir o ensino universal, isto é, para que 100% da população de 6 a 17 anos esteja na escola (5% não estavam em 2010); e para que 100% da população maior de 18 anos detenha ensino fundamental completo (mais de 40% não tinham E.F. em 2010). Em parceria com as escolas

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<[https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/diagnostico/2011/ApresentacaoDiagnostico2011\\_20141229.pdf](https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/diagnostico/2011/ApresentacaoDiagnostico2011_20141229.pdf)> Acesso em: 12 de agosto de 2022.

da rede pública, construiremos estratégias para o desenvolvimento de cursinhos populares, com intuito de ampliar o acesso ao ensino superior.

- 10) **Ensino antirracista:** a inclusão da História da África no currículo escolar deve ser defendida e ampliada com a presença da Capoeira, do Jongo e demais expressões artísticas e culturais desenvolvidas e herdadas pelo povo negro brasileiro. Lutamos ainda por uma educação que respeite as culturas e povos brasileiros, uma educação popular, laica, indígena, camponesa, quilombola, científica, libertadora e de qualidade.
- 11) **Metas IDEB:** atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas séries finais.
- 12) **Infraestrutura universitária:** defenderemos a UERGS, e construiremos parcerias para ampliação do acesso e da permanência no ensino superior em nosso estado. Incentivaremos a pesquisa e a ciência, com políticas voltadas ao fomento da pesquisa científica que sirva aos interesses da classe trabalhadora, aprofundando assim nosso projeto de Universidade Popular.
- 13) **Revogação das contrarreformas:** lutaremos pela revogação da Reforma do Novo Ensino Médio, em defesa da Escola Popular.
- 14) **Direitos das pessoas com deficiência:** Campanhas contra o capacitismo, acessíveis e com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa. Garantia de leitores, intérpretes de Libras e mediadores concursados em todas as escolas e universidades. Implementação de aulas de Libras – Língua Brasileira de Sinais e Libras tátil como disciplina obrigatória nas escolas. Acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, universidades, hospitais, centros de lazer e cultura, segundo os princípios do desenho universal. Criação do Programa Nacional do cão-guia, com a construção de centros de treinamento e garantia ao usuário da manutenção da saúde e bem-estar destes animais.

